

Pontes Quinzenal

Revisão quinzenal das mais importantes notícias para o Brasil sobre comércio e desenvolvimento sustentável

Vol. 4 · No. 7 - 27 de abril de 2009

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

- Fórum Econômico Mundial para a América Latina termina em clima de otimismo..... 1
- Lamy convoca países a permanecerem vigilantes contra protecionismo 3

NOTÍCIA REGIONAL

- V Cúpula das Américas termina sem assinatura de Declaração..... 5

BREVES MULTILATERAIS

- Reunião em Bonn: negociadores pedem maior ênfase em agricultura..... 7
- China questiona proibição dos EUA à importação de frango..... 7
- Kirk busca acalmar preocupações relacionadas a imposto sobre carbono..... 8

BREVE REGIONAL

- Governo firma pactos com setor privado em prol da sustentabilidade ambiental..... 9

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

- Fóruns Multilaterais 11
- Fóruns Regionais..... 11
- Informações Úteis 12

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de PONTES Quinzenal podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do Pontes Quinzenal ou deseje acessar números passados, visite nosso site <http://ictsd.net/news/pontesquinzenal/>.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Fórum Econômico Mundial para a América Latina termina em clima de otimismo

Entre os dias 14 e 16 de abril foi realizado, no Rio de Janeiro, o Fórum Econômico Mundial para a América Latina. Neste, cerca de 500 lideranças empresariais e governamentais debateram as implicações da crise econômica mundial na região. A programação do evento cobriu 22 temas, distribuídos em cinco eixos principais: respostas à desaceleração econômica; construção de relações entre regiões; integração para a construção de um futuro melhor; políticas públicas para um crescimento sustentável; e desafios e oportunidades para um ciclo de desenvolvimento verde.

No discurso de abertura, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou a necessidade de reforma e democratização das regras de participação do Fundo Monetário Internacional (FMI). O Presidente acrescentou que futuros aportes de recursos ao FMI só poderão ser feitos mediante o compromisso de que estes sejam utilizados para ajudar as economias dos países em desenvolvimento (PEDs) e de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Ainda na abertura do Fórum, o Presidente colombiano Álvaro Uribe afirmou a importância de restaurar a confiança do mercado consumidor doméstico e do investidor internacional como saída para a crise.

Durante o encontro, ficou clara a percepção de que a crise não atingiu a América Latina com intensidade similar àquela observada nos Estados Unidos da América (EUA), no Japão e na Europa. Também, avaliou-se que ela deverá apresentar longa duração e provocar instabilidade pelos próximos 12 ou 24 meses.

Para alguns líderes do setor privado, a estabilização das companhias e a consequente superação da turbulência financeira requerem a participação dos gerentes e administradores do quadro acionário das empresas. O momento exigiria, nesse contexto, reflexão sobre a ética dos líderes das companhias diante da perda de confiança de consumidores e investidores, decorrente do incauto oferecimento de crédito e da especulação desenfreada com derivativos, ambos elementos instigadores da atual crise.

Segundo o Vice-Ministro do Desenvolvimento do Brasil, Ivan Ramalho, o protecionismo foi considerado um problema de difícil solução, que somente tende a se acentuar. A eliminação do protecionismo deverá envolver tanto a remoção das barreiras comerciais, como dos obstáculos técnicos e burocráticos impostos pelos países. Das regras que exigem revisão, mencionam-se os procedimentos sanitários e alfandegários e os regulamentos de origem.

Investimentos em condições adversas

Outro aspecto relevante diz respeito à provável redução dos investimentos nas empresas que ainda não possuem ações em bolsa – o *private equity* – na região. De acordo com documento divulgado em uma das sessões, eles representam menos de 0,1% do Produto Interno Bruto (PIB) regional e, pelos efeitos da crise, serão ainda menores neste ano. Contudo, no médio prazo, com a expansão do cenário de volatilidade, o *private equity* apresenta, na visão dos participantes, perspectivas de crescimento inclusive frente à concorrência acirrada com a China e Índia.

O painel sugeriu que, além de auxiliarem o financiamento de pequenos negócios e obras de infra-estrutura, as organizações multilaterais sejam intermediárias em negociações com os fundos soberanos, especialmente em nações que não possuem instituições do porte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Desenvolvimento sustentável e energia

Os painelistas reconheceram a relevância das estatais de gás natural e petróleo no papel de financiadoras de projetos de infra-estrutura, assim

como, de sua parceria com as instituições financeiras para oferecimento de crédito a empresas privadas. Entre os desafios prioritários enfrentados pelo setor, ressalta-se: o aumento da competitividade econômica da energia renovável frente a fontes tradicionais; e a redução da representação do carvão e petróleo na matriz energética dos países da América Latina. Nesse sentido, foi sugerida a implementação de mecanismos de aceleração do processo de licenciamento ambiental e a interconexão das redes de fornecimento dos países.

No campo das tecnologias ecologicamente sustentáveis, o Brasil obteve destaque pela frota de veículos *flex fuel* – que funcionam tanto à base de gasolina, como de etanol –, a qual atualmente responde por 70% do total de automóveis. A produção brasileira de biocombustível, altamente competitiva, é duas vezes mais eficiente que a dos EUA, e três vezes mais que a da Europa.

Ressaltou-se, ainda, o papel significativo dos edifícios na poluição em grandes cidades. O planejamento urbano, em conjunto com medidas de incentivo ao uso de tecnologias de reciclagem, poderia cortar o consumo energético até pela metade.

Meio-ambiente

O grupo de trabalhos para o meio-ambiente elaborou algumas propostas para lidar com os desafios ambientais da América Latina. Primeiramente, aconselhou a criação de um imposto sobre as emissões de carbono de combustíveis não renováveis, além de incentivos fiscais para o desenvolvimento de tecnologias limpas. Nessa linha, também propôs um sistema de comércio de licenças de emissão (*cap-and-trade*) para os países desenvolvidos (PDs) e PEDs, em que pese o aprimoramento do mercado de carbono.

O contínuo desmatamento, principal fonte de gases do efeito estufa, foi alvo de críticas no Fórum Econômico. Os participantes preveem custos da ordem de US\$ 17 bilhões, até 2030, para que o desmatamento na Amazônia brasileira seja totalmente eliminado. Para que esse fim seja atingido, uma possibilidade cogitada é o recurso às parcerias público-privadas.

Antigos e novos parceiros

Apesar da disposição dos EUA em agregar ao seu pacote de estímulos temas como meio-ambiente e fontes alternativas de energia, os participantes do Fórum mostraram-se reticentes quanto ao aumento e aprofundamento de parcerias ou acordos, em um cenário de instabilidade econômica estrutural. Não obstante, conduta diversa observou-se em relação à China, considerada pela maioria como parceira prioritária no curto e médio prazo.

A inclinação dos líderes latino-americanos pela China se insere em uma tendência de aproximação comercial entre os países no eixo Sul-Sul, como sustenta Javier Santiso, diretor e economista-chefe da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mesmo com uma eventual queda de 20 a 30% no nível global de investimentos estrangeiros diretos (IEDs), a Ásia e o Oriente Médio continuariam com seus programas de IEDs na América Latina. Os desafios para a atração de investimentos envolvem o melhoramento da infra-estrutura, educação e do arcabouço regulatório dos países da região, principalmente na esfera tributária.

Mensagem de otimismo

Os painéis do Fórum Econômico também abordaram temas como a atuação da mídia, o futuro da democracia na América Latina e políticas de incentivo ao aumento da participação feminina no mundo corporativo.

O evento encerrou-se em meio a um clima de otimismo. Ao menos essa é a conclusão extraída a partir de pesquisa feita entre os empresários presentes no encontro, a qual apontou que 45% deles estariam dispostos a ampliar suas bases de atuação em território latino-americano. Ademais, apontam para o sentimento de otimismo a flexibilização da postura estadunidense, as novas parcerias de investimentos Sul-Sul e a aceitação, generalizada no encontro, de um novo ciclo de desenvolvimento, de caráter sustentável e mais cooperativo.

A declaração da sessão plenária final do Fórum foi enviada aos chefes de Estado reunidos em

Trinidad e Tobago para a Cúpula das Américas, ocorrida entre os dias 17 e 19 de abril. Aparentemente, a declaração não surtiu o efeito desejado (ver notícia “V Cúpula das Américas termina sem assinatura de Declaração” neste número).

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes Consultadas:

World Economic Forum. *Sessions Summaries*. (14/04/2009). Disponível em: <<http://www.weforum.org/en/events/WorldEconomicForumonLatinAmerica2009/index.htm>> . Acesso em: 22 abr. 2009.

World Economic Fórum. *Programa do evento* (14/04/2009). Disponível em: <http://www.weforum.org/pdf/Rio2009/LA09_Programme_PT.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2009.

Agência Brasil. *Fórum Econômico Mundial discute a crise financeira* (14/04/2009). Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/04/14/materia.2009-04-14.4115524050/view>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

Gazeta Mercantil. *Executivos latino-americanos revelam estar mais otimistas* (17/04/2009). Disponível em: <http://www.gazetamercantil.com.br/GZM_News.aspx?parms=2450028,902,1,1>. Acesso em: 22 abr. 2009.

The Wall Street Journal. *A crisis of ethic proportions* (20/04/2009). Disponível em: <<http://online.wsj.com/article/SB124027114694536997.html>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

Lamy convoca países a permanecerem vigilantes contra protecionismo

Representantes comerciais reunidos há duas semanas em Genebra concordaram que a economia mundial não caiu em completa “guerra protecionista” desde o agravamento da crise, em setembro. Contudo, o diretor geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, afirmou aos delegados que houve uma

pequena elevação nas medidas restritivas ao comércio nos últimos meses, e pediu aos países que resistam ao ímpeto de fechar as fronteiras ao comércio.

O fluxo de comércio caiu precipitadamente desde o estopim da crise no ano passado. Em março, a OMC previu que o fluxo mundial de comércio diminuirá 9% neste ano - a queda mais drástica dos últimos 60 anos (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 14 - 22 abr. 2009).

Muitos observadores têm alertado que um deslize em direção ao protecionismo – medidas restritivas com a intenção de proteger os produtores nacionais dos efeitos da crise – agravaria e prolongaria a recessão por reduzir o fluxo do comércio internacional, assim como as tarifas Smoot-Hawley, introduzidas pelos EUA na década de 1930, ajudaram a transformar o que começou como uma recessão na maior depressão do século XX.

Entretanto, as notícias recentes têm sido mais animadoras. Na reunião do último dia 14, Lamy declarou aos delegados que não há evidências de que haverá um aumento acentuado no recurso ao protecionismo e acrescentou que as regras do sistema multilateral continuam a promover uma forte defesa contra essa ameaça. “Devemos, contudo, permanecer vigilantes e evitar respostas nacionalistas à crise, que apenas transfeririam os problemas aos vizinhos e aumentariam o risco de os países voltarem atrás em suas posições de abertura”, acrescentou.

O diretor geral convidou os representantes a discutir um relatório sobre políticas protecionistas divulgadas pelo seu gabinete em 26 de março (ver *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 12 - 01 abr. 2009). O documento – segundo de uma série de atualizações oficiais sobre as novas medidas restritivas adotadas pelos Membros – concluiu que se pode verificar um “ligeiro deslize” em direção ao protecionismo. O primeiro relatório do tipo verificou apenas “evidências limitadas” de movimentos em direção à restrição (ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, N. 2 - 16 fev. 2009).

EUA discutem severidade do “deslize”

A caracterização mencionada pelo diretor geral a respeito do *status quo* não foi recebida universalmente. Os delegados presenciaram uma discussão semântica sobre o termo empregado no relatório.

O Embaixador dos Estados Unidos da América (EUA), Peter Allgeier, declarou: “Nós reconhecemos o perigo de um salto no recurso às restrições, mas não entendemos que os fatos respaldem a sugestão contida na introdução do relatório de que ‘tem havido significativo deslize’ desde o começo do ano”, numa sugestão de que o termo empregado conota maior gravidade do que a realidade, uma vez que muitas medidas têm sido evitadas.

O Embaixador indiano, Ujal Singh Bhatia, adotou tom moderado: “Projeções dramáticas de retorno ao protecionismo dos EUA pós-Crise de 1929 são completamente descabidas”. Segundo ele, pressões domésticas em direção ao protecionismo seriam sobrepujadas pelas vozes dos que se beneficiam com a globalização.

Hong Kong apresenta proposta de trégua

A delegação de Hong Kong (2005) propôs um congelamento temporário de todas as medidas restritivas ao comércio. Essa iniciativa propõe que os Membros se comprometam a não impor medidas distorcivas por determinado período. Tais compromissos seriam complementares às obrigações multilaterais já existentes.

Muitos Membros mantêm os níveis de tarifas e subsídios consideravelmente inferiores aos acordos existentes, de maneira que podem criar barreiras ao aumentá-los, porém sem violar as regras multilaterais de comércio. A iniciativa de trégua – a que Hong Kong sustenta ter recebido apoio de diversas delegações – teria como objetivo prevenir a elevação de todas as barreiras, ilegais ou não.

Objetivo de monitoramento reafirmado

Em seu discurso aos delegados, Lamy explicou que o monitoramento cuidadoso sobre as novas políticas comerciais dos países seria essencial para restaurar a economia mundial. Exercícios como esse colocariam as ações dos governos sob melhor

escrutínio, e assim os pressionariam a resistir ao protecionismo. O diretor geral da OMC pontuou que as delegações têm sido muito cooperativas ao fornecer informações.

As 30 delegações que se pronunciaram na reunião concordaram que a exposição das políticas públicas representa obstáculo essencial ao protecionismo. O próximo relatório da OMC sobre o tema será divulgado em meados de julho.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, N. 14 - 22 abr. 2009.

NOTÍCIA REGIONAL

V Cúpula das Américas termina sem assinatura de Declaração

A V Cúpula dos países do continente americano marcou o fim do distanciamento apresentado nos últimos anos pelas relações entre os Estados Unidos da América (EUA) e a região da América Latina e do Caribe.

Entre os dias 17 e 19 de abril, o otimismo e a cordialidade pautaram até mesmo o tratamento dos temas mais tensos, embora não tenham sido o bastante para garantir o consenso em torno da Declaração Conjunta. Este documento foi elaborado por autoridades dos 34 países participantes do encontro, mas assinado apenas por Patrick Manning, Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago, anfitrião do evento.

O principal motivo da discórdia em torno do texto da Declaração Conjunta foi a ausência das relações diplomáticas da região com Cuba. Os países da Alternativa Bolivariana para os Povos da América (ALBA) consideraram tal omissão inaceitável. Criticaram, ainda, o fato de a Declaração não mencionar o aspecto estrutural – e não apenas cíclico – da atual crise econômica. A Bolívia não concordou com a menção à necessidade do fomento da produção de biocombustíveis e logrou inserir na declaração uma nota de rodapé em que sustenta considerar

que os biocombustíveis são nocivos à segurança alimentar. O governo brasileiro, por sua vez, discordou do agendamento da próxima reunião dos líderes da Cúpula – na qual debateriam a crise econômica mundial – para 2010, alegando que a lacuna entre as duas reuniões é demasiado longa face à urgência do tema.

O fim do embargo a Cuba, tema prioritário

Mesmo sem representação na reunião, Cuba constituiu o foco central das atenções. Os mandatários latino-americanos – mesmo aqueles que compartilhavam com a Administração de George Bush da diplomacia severa em direção à ilha – defenderam, junto ao atual Presidente dos EUA a necessidade de eliminar o embargo a Cuba. Barack Obama, por sua vez, demonstrou abertura ao diálogo, assegurando disposição para abordar desde direitos humanos e migrações até temas econômicos. Os EUA estariam buscando um novo começo com Cuba, segundo o Presidente estadunidense.

Em seu discurso, Obama recordou as medidas de sua administração para reverter algumas das restrições direcionadas a Cuba. Por meio de decreto adotado na semana anterior à cúpula, o governo dos EUA autorizou a viagem e o envio de remessas de cidadãos cubano-estadunidenses à ilha sem restrições. A Secretária de Estado dos EUA, Hillary Clinton, havia reconhecido, dias antes, que o embargo de quase 50 anos era um grande equívoco da diplomacia dos EUA, manifestação bem recebida pelo Presidente cubano Raúl Castro, que se declarou favorável ao diálogo com o novo governo estadunidense.

Entretanto, apesar das sinalizações de abertura, Obama cobrou ações concretas de Cuba e afirmou que a mudança de política quanto ao país não se concretizará instantaneamente. Mais precisamente, pleiteou a libertação de prisioneiros políticos e o fim da cobrança de impostos sobre as remessas internacionais. Segundo fontes do governo dos EUA, o fim do embargo a Cuba ainda estaria muito distante de ocorrer.

Nova diplomacia ou “Doutrina Obama”

Alguns analistas apoiam-se na mudança estrutural na diplomacia estadunidense para classificá-la

como “Doutrina Obama”. O Presidente reconheceu que a política exterior dos EUA não pode ser construída com base na interferência em outros países e defendeu que a grande potência não deveria ser culpada por todos os problemas existentes no hemisfério. Ademais, Obama afirmou que os EUA poderiam aprender uma lição de Cuba, por sua iniciativa de enviar médicos a países latino-americanos como forma de estabelecer relações mais amistosas com a região. Para alguns, tal afirmação seria prova de que a diplomacia estadunidense para a América Latina estaria entrando em uma nova era.

Outros são mais céticos. O colombiano Luis Alberto Moreno, presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), afirmou que “se os EUA dizem que adotarão a postura de escutar e aprender com os demais, o que é positivo, devem então agir de acordo”.

Por enquanto, existe o compromisso, reafirmado pelo próprio secretário geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), o chileno José Miguel Insulza, de discutir o possível regresso de Cuba à organização durante a próxima Assembleia Geral, que será celebrada em Honduras no próximo dia 2 de junho.

Agendas bilaterais de comércio

Apesar do caráter multilateral do evento, importantes discussões foram travadas em encontros bilaterais paralelos. Durante reunião do Primeiro Ministro brasileiro, Celso Amorim, com autoridades estadunidenses, os temas comércio e energia destacaram-se. No que diz respeito ao primeiro, Ronald Kirk, Representante Comercial dos EUA, afirmou o compromisso de seu país em retomar, ainda neste ano, as negociações da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC). Quanto ao segundo, Amorim recebeu de Steven Chu, Secretário de Energia dos EUA, a proposta de financiamento de programas de energia renovável – como biocombustíveis –, conservação de energia e combate às mudanças climáticas. Chu mostrou interesse em aprofundar a cooperação bilateral em matéria de fontes alternativas de energia, principalmente por meio de parcerias com o Brasil em terceiros países, e mostrou interesse pela proposta brasileira de projetos conjuntos na África.

Também em encontros bilaterais, o Presidente do Panamá, Martín Torrijos, obteve de Obama o compromisso de que fará o possível para a aprovação, no Congresso dos EUA, do Tratado de Promoção Comercial entre os dois países.

O Tratado de Livre Comércio com a Colômbia, também com aprovação pendente no Congresso estadunidense, depara-se com um panorama menos favorável. O Presidente do país, Álvaro Uribe, obteve dos EUA apenas o compromisso de que as negociações serão continuadas – não para alterar o tratado inteiro, conforme afirmado por autoridades colombianas, mas para alterar apenas algumas disposições sensíveis do texto. As mudanças deverão atender à preocupação com a violência a líderes sindicais no país, tema levantado por congressistas estadunidenses como óbice à aprovação do tratado.

Tradução, adaptação e complementação de texto originalmente publicado em *Puentes Quinzenal*, Vol. 6, N. 7 - 21 abr. 2009.

Fontes consultadas:

BBC Brasil. *Obama: Cúpula criou oportunidade para novo diálogo com AL*. (19/04/09). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/lg/noticias/2009/04/090419_americasobamaml.shtm>. Acesso em: 22 abr. 2009.

Inside Trade. *Obama Pledges New Era Of Latin American Relations Focused On Bottom-Up Economic Improvements*. (20/04/09). Disponível em: <http://www.insidetrade.com/secure/display.asp?dn=4202009_latin&f=wto2002.ask>. Acesso em: 22 abr. 2009.

O Estado de São Paulo. *América Latina recebe bem 'Doutrina Obama'*. (20/04/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=568171>. Acesso em: 22 abr. 2009.

Valor Econômico. *Brasil e EUA debatem energia e comércio*. (20/04/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=568364>. Acesso em: 22 abr. 2009.

Valor Econômico. *Tempos quentes após o fim da guerra fria*. (20/04/09). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=568455>. Acesso em: 22 abr. 2009.

BREVES MULTILATERAIS

Reunião em Bonn: negociadores pedem maior ênfase em agricultura

A conferência sobre mudanças climáticas em Bonn, Alemanha, finalizada em 8 de abril, resultou em poucas ações concretas relativas a políticas internacionais de mudanças climáticas. Analistas relatam, entretanto, que houve uma importante mudança no rumo das negociações: o consenso em torno da ideia de concentrar maior atenção sobre o tema de agricultura no acordo pós-Quito.

No dia 4 de abril, a Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês) organizou seu primeiro seminário sobre agricultura. Neste, participantes da Federação Internacional de Produtores Agrícolas (IFAP, sigla em inglês) e outras organizações do ramo discutiram o poder potencial da agricultura de mitigar o problema das mudanças climáticas.

Segundo Raul Montemayor, vice-presidente da IFAP, esse potencial está diretamente relacionado à melhora em termos de eficácia, ao invés de reduções absolutas das emissões de gases de efeito estufa. Montemayor destacou alguns elementos que considera essenciais para que a agricultura possa realmente contribuir para a redução de tais emissões: (i) desenvolvimento tecnológico; (ii) incentivos a agricultores; e (iii) um sistema de verificação para bens produzidos por meio de práticas agrícolas limpas.

Alguns representantes do setor agrícola presentes no seminário ressaltaram a necessidade de mais pesquisa sobre a capacidade de a agricultura reduzir emissões de gases de efeito estufa e sugeriram que o setor fosse inserido no centro da

nova política de mudanças climáticas que substituirá o Protocolo de Quioto – o qual expira em 2012. Outros países, por sua vez, apoiaram a inclusão da agricultura na nova política de mudanças climáticas, que deverá ser formulada durante a reunião em Copenhague, Dinamarca, em dezembro de 2009.

PEDs frustrados em Bonn

O secretário executivo da UNFCCC, Yvo de Boer, apresentou, no início da reunião, diversos objetivos para Copenhague. Segundo alguns analistas, entretanto, os progressos observados em relação a tais objetivos foram pífios.

Os países em desenvolvimento (PEDs) afirmaram estar frustrados com as negociações sobre metas de redução de emissões para países desenvolvidos (PDs) e com a falta de acordo sobre o financiamento de suas estratégias de mitigação. Os PEDs haviam solicitado aos PDs o corte de suas emissões em 40% até 2020, além de US\$ 2 bilhões em financiamento.

Devido à lentidão das negociações para um acordo sobre as políticas de mudanças climáticas, os delegados em Bonn decidiram organizar reuniões adicionais àquelas previstas para 2009.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes* Vol. 9, No. 7 - 17 abr. 2009.

China questiona proibição dos EUA à importação de frango

No último dia 17, Pequim questionou, perante a Organização Mundial do Comércio (OMC), a medida dos Estados Unidos da América (EUA) de proibir a importação de frango produzido na China. O pedido por consultas – o primeiro passo no processo de resolução de disputas entre dois países no âmbito da OMC – foi apresentado pela China após críticas a respeito da medida apresentada ao Comitê de Agricultura da OMC em março (ver *Bridges Trade BioRes*, Vol. 9, N. 5, 20 mar. 2009, <<http://ictsd.net/i/news/biores/43671/>>).

O questionamento está diretamente relacionado ao fato de a proibição imposta ao frango ter se perpetuado desde o surto de gripe aviária de 2004. À época, temendo a propagação do vírus, os dois países fecharam as suas fronteiras ao comércio de frango, prometendo reabri-las no futuro. Meses depois, a China retomou as suas importações, mas os EUA mantiveram a proibição, alegando que as precárias condições sanitárias dos centros de processamento de frango chineses implicavam risco à saúde dos consumidores estadunidenses.

Para a China, no entanto, a situação atingiu o seu limite no dia 11 de março, quando o Presidente Barack Obama sancionou lei que proibiu claramente a importação de produtos chineses relacionados ao frango. A cláusula (Seção 727), que enunciou a proibição, provocou uma resposta ríspida das autoridades comerciais da China, as quais denunciaram a referida cláusula como prática discriminatória e prometeram recorrer à OMC se a medida não fosse cancelada.

O pedido por consultas anunciado pela China ensejou resposta comedida de Washington. “A resolução de disputas por meio da OMC é um mecanismo normal e construtivo que permite a parceiros comerciais resolver as suas diferenças”, disse Deborah Mesloh, porta-voz do escritório do Representante Comercial dos EUA, que afirmou que a solicitação da China está em análise.

A reclamação foi bem recebida por alguns dentro dos EUA, notadamente pelo Conselho Nacional do Frango, grupo industrial dos EUA.

“Nós concordamos que a decisão da China de iniciar um procedimento de resolução é apropriada, embora seja lamentável o fato de essa questão ainda não ter sido resolvida. A nossa posição desde o início tem sido de que o Departamento para a Agricultura dos EUA tome decisões baseadas em fatores científicos quando países se candidatam a exportar aos EUA carne de frango e derivados”.

Washington continua a insistir que o embargo se justifica sob o auspício do Acordo da OMC sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, o qual permite aos países estabelecerem requisitos de segurança baseados em evidências científicas.

“Nós temos uma série de questões críticas relacionadas à segurança alimentar na China que precisam ser discutidas”, afirmou a congressista estadunidense Rosa DeLauro em março.

A posição de Pequim é, entretanto, no sentido de que a proibição estadunidense é protecionista e carece de base científica. A produção de frango da China atende aos padrões internacionais aceitos pela União Europeia, Japão e Suíça.

No entanto, apenas dois dias após apresentar a sua reclamação na OMC, a agência de notícias do governo chinês, Xinhua, confirmou um novo surto da gripe aviária H5N1 em um mercado que vende por atacado em Lhasa, o que levou ao abatimento de aproximadamente 1.700 aves. No início deste ano, um surto similar ao supracitado resultou na infecção de 1.330 aves e no abatimento de mais 12.000.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 13, No. 14 - 22 abr. 2009.

Kirk busca acalmar preocupações relacionadas a imposto sobre carbono

Em carta divulgada recentemente, o Representante Comercial dos Estados Unidos da América (EUA), Ron Kirk, refuta a ideia de que a Administração Obama pretende impor um imposto sobre as importações provenientes dos grandes países em desenvolvimento (PEDs) a fim de socorrer a indústria doméstica sob um esquema *cap-and-trade*.

O pronunciamento de Kirk veio como resposta ao pedido por esclarecimentos do congressista republicano Joe Barton a respeito dos comentários feitos pelo Secretário da Energia, Stephen Chu, em audiência na Casa Branca no início de março. Na ocasião, Chu sugeriu que, com o intuito de prevenir “vazamentos” e proteger a indústria local sob um programa estadunidense de *cap-and-trade*, os EUA não descartam a possibilidade de impor tarifas e outras barreiras como forma de pressionar países como China e Índia a reduzir

emissões. “Se outros países não impuserem um custo sobre o carbono, nós estaremos em desvantagem”, disse Chu no encontro.

O vazamento – expressão empregada à transferência de indústrias emissoras de carbono em direção a países com legislação ambiental menos rigorosa – constitui preocupação primordial da Administração Obama, na medida em que tramita a proposta sobre o esquema de comércio de emissões apresentado ao Congresso no último dia 31 (Ver *Pontes Quinzenal*, Vol. 4, N. 6, 13 abr. 2009, <<http://ictsd.net/i/news/pontesquinzenal/44919/>>). Muita especulação tem sido produzida em relação a como os EUA pretendem prevenir vazamentos e proteger a indústria local no referido projeto de lei em trâmite.

Carta aborda preocupações protecionistas

A China tem se mostrado particularmente contrária a que os EUA venham a impor as mencionadas tarifas, sob o argumento de que Washington poderia utilizar o esquema *cap-and-trade* para justificar intenções protecionistas. O país asiático sustenta que a responsabilidade pelas emissões deve ser suportada pelo país que importa os bens, ao invés daquele que os fabrica.

A carta de Kirk, datada de 14 de abril e dirigida aos representantes republicanos Joe Barton, Ralph Hall, Greg Walden e Paul Brown, expressa preocupações sobre protecionismo ao insistir que a Administração Obama garantirá que a política para energia e clima não implique violação aos compromissos comerciais internacionais assumidos pelo país ou enseje medidas retaliatórias contra as suas exportações.

Compromisso com o processo da UNFCCC reafirmado

O documento também reafirma o apoio dos EUA ao acordo de Copenhague, sugerindo que as preocupações sobre vazamento de carbono seriam melhor tratadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês).

Na carta, Kirk ressalva: “A Administração acredita que a melhor abordagem às preocupações acerca

de vazamento de carbono consiste em negociar um novo acordo internacional sobre mudanças climáticas no seio das Nações Unidas, o qual assegure que os maiores emissores assumam ações significativas e duradouras para reduzir suas emissões”. O Representante sustentou, ainda, que os EUA esperam trabalhar com estes países para negociar um acordo concreto e evitar situações em que alguns países simplesmente exportem suas emissões para outros.

Para republicanos, carta deixa perguntas sem resposta

Em resposta ao documento, o Deputado republicano e diretor do Comitê de Energia e Comércio, Larry Neal, indicou que Kirk tenta “demonstrar com confiança o que lhe falta em fatos”. Neal apontou que a carta deixa de responder a diversas perguntas relacionadas à possibilidade de que outros países obtenham vantagem estratégica em função do custo de produção mais elevado que os fabricantes estadunidenses teriam em função do programa *cap-and-trade*.

O esquema de comércio de carbono proposto pelos EUA tem sido motivo de controvérsia. A proposta enfrenta oposição de ambos os partidos no Congresso e muitos analistas dizem que o projeto de lei tem pouca chance de ser aprovado caso as dúvidas sobre a proteção dos produtores domésticos não sejam sanadas.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, Vol. 9, N. 7 - 17 abr. 2009.

BREVE REGIONAL

Governo firma pactos com setor privado em prol da sustentabilidade ambiental

No último dia 13, a Globalsat, empresa responsável pelo monitoramento agrícola da região amazônica, apresentou relatório que atesta

bons resultados obtidos pela moratória da soja nos últimos anos. A moratória – compromisso de não comercializar soja oriunda de áreas desmatadas dentro do bioma da Amazônia – entrou em vigor em 25 de julho de 2006, vinculando a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Por meio de tal iniciativa – a qual faz parte de um amplo conjunto de pactos entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o setor privado –, a responsabilidade do cultivo da soja pelo uso e pela ocupação dos solos desmatados na Amazônia desde 2006 foi reduzida a menos de 1%. Segundo o Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, os resultados compõem um cenário mais amplo de redução do desmatamento na região, o qual, nos últimos dez meses, diminuiu em 40%.

O MMA também firmou, em 11 de julho de 2008, acordo com a Companhia Vale do Rio Doce, no qual esta se comprometeu a fornecer minério de ferro apenas para empresas que comprovem a legalidade da madeira e do carvão vegetal utilizados em sua cadeia produtiva por meio da apresentação de licença ambiental, plano de suprimento sustentável e documentação de origem. Uma semana depois, o MMA celebrou o Pacto pela Madeira Legal e Sustentável, por meio do qual a iniciativa privada se comprometeu a não comprar madeira oriunda de áreas desmatadas e a aumentar o rastreamento de suas matérias-primas. Em contrapartida, o governo deverá agilizar, simplificar e ordenar o processo de licenciamento ambiental.

Mais recentemente, o Protocolo de Intenções assinado no último dia 7 por Carlos Minc e pelo presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Fábio Colletti Barbosa, estabeleceu como critério para que empresas brasileiras consigam financiamento o empenho em desenvolver políticas sócio-ambientais. Os bancos oferecerão linhas de financiamento e programas de fomento ao uso sustentável de recursos ambientais e considerarão os impactos e custos sócio-ambientais na gestão de seus ativos e nas análises de risco de projetos. O referido Protocolo repete os princípios e as diretrizes constantes do Pacto Verde, assinado em 1º de agosto de 2008, por bancos públicos que suspenderam a liberação

de crédito para empreendimentos não-sustentáveis.

O MMA formalizou, ainda, compromisso com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), por meio do qual empresários paulistas se comprometeram a comercializar apenas produtos que garantam, em seus processos de fabricação, o respeito a direitos sociais e à preservação dos recursos naturais.

Próximo passo: a moratória da carne

A exemplo da moratória da soja, o governo estuda a instituição da moratória da carne, a qual será negociada com a Associação Brasileira de Exportadores de Carne (Abiec) nos próximos meses. A pecuária responde, atualmente, por mais da metade dos polígonos desmatados no bioma amazônico, como atestou o relatório da Globalsat.

O pacto a ser celebrado com a Abiec impossibilitará os frigoríficos de comercializar carne produzida em áreas desmatadas da Amazônia. Segundo Carlos Minc, o mundo está atento à preservação da Amazônia e, portanto, imporá barreiras comerciais à carne, ao etanol, à madeira e aos demais bens produzidos às custas de desmatamento ou dano ambiental no Brasil.

Reportagem Equipe Pontes.

Fontes Consultadas:

Abiove. *Relatório: 2º ano de Mapeamento e Monitoramento da Moratória da Soja no Bioma Amazônia*. Disponível em: <http://www.abiove.com.br/sustent/relatorio08/moratoria_relatorio_globalsat_0409.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2009.

Greenpeace. *Entenda a moratória*. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/moratoria-da-soja/entenda-a-moratoria-da-soja>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

MMA. *Moratória da soja reduz a menos de 1% plantios em novos desmatamentos*. (14/04/2009). Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?id=a_scom.noticiaMMA&idEstrutura=8&codigo=4700>. Acesso em: 15 abr. 2009.

MMA. *Projeto do governo prevê desmatamento zero para área de pecuária*. (11/02/2009). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=ascom.noticiaMMA&codigo=4579>>. Acesso em: 19 abr. 2009.

EVENTOS e INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>

1º de maio

Reunião do Grupo de Negociação sobre Facilitação do Comércio

6 e 8 de maio

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Ilhas Salomão

6 a 8 de maio

Reunião do Comitê sobre Salvaguardas

7 de maio

Reunião do Comitê sobre Avaliação Aduaneira

11 de maio

Reunião do Comitê sobre Orçamento, Finanças e Administração

11 de maio

Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento

12 de maio

Reunião do Conselho de Comércio de Mercadorias

UNCTAD

Local: Genebra, Suíça

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/StartPage.asp?intItemID=2068>>

4 a 7 de maio

Conferência de UNCTAD-WAIPA (Associação Mundial de Agências de Promoção ao Investimento)

4 a 8 de maio

Primeira Sessão da Comissão de Investimento, Empresa e Desenvolvimento

11 a 15 de maio

Primeira Sessão da Comissão de Comércio e Desenvolvimento

Fóruns Regionais

Mercosul

Informações:

<<http://www.mre.gov.py/protempore/calendario.asp>>

1º a 15 de maio

Reunião do Grupo *Ad Hoc* de Biotecnologia Agropecuária

4 e 5 de maio

56ª Reunião do Foro de Consulta e Acordo Político do Mercosul

6 de maio

Reunião de Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum

7 de maio

Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum

Cepal

Local: Santiago, Chile

Informações:

<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>

30 de abril

Lançamento do número 97 da Revista da CEPAL

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_34487_32618737_1_1_1_1,00.html>

4 e 5 de maio

Fórum Global sobre Governança Pública: “Construindo um Mundo mais Limpo: Ferramentas e Práticas para Promover a Cultura da Integridade”

Paris, França

5 e 6 de maio

Reunião da OCDE com a FAO: “Investindo em Segurança Alimentar em meio a uma Economia Global da Segurança Alimentar”

11 de maio

Coletiva de imprensa para o lançamento do trabalho da OCDE sobre evasão fiscal.

12 de maio

Conferência Organizada pela Comissão Europeia: “A Prosperidade e o Desenvolvimento do Mundo”

Informações Úteis

Informações úteis

Estudo sobre os TLCs do leste asiático

No último dia 14, o Banco de Desenvolvimento da Ásia divulgou o estudo *The Asian Noodle Bowl: Is It Serious for Business?*, que analisa o impacto do entrelaçamento dos múltiplos Tratados de Livre Comércio (TLC) para a integração econômica da região. Para a pesquisa, foram consultadas 609 empresas, principalmente de pequeno e médio porte, de Cingapura, Coréia do Sul, Filipinas, Japão e Tailândia. Para mais informações, ver: <<http://www.adbi.org/working-paper/2009/04/14/2940.asian.noodle.bowl.serious.business/>>.

Conferência do PNUMA procura a conexão entre economia e meio-ambiente

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) organizou o Fórum Ambiental Mundial, conhecido pela sigla em inglês B4E, que ocorreu entre os dias 22 e 23, em Paris. Mais de 700 representantes do setor privado e governamental de pelo menos 30 países participaram do evento, que teve por objetivo discutir estratégias sustentáveis de recuperação econômica. A conferência foi realizada na esteira do relatório *Global Green New Deal*, divulgado em março, que propõe aos formuladores de políticas públicas o investimento de 1% do PIB mundial em cinco áreas chave, como solução sustentável para reativação da economia. Para mais informações, ver: <<http://www.b4esummit.com/index.html>> e <http://www.unep.org/pdf/A_Global_Green_New_Deal_Policy_Brief.pdf>.

Estudo da FAO sobre produção de bio-energia em comunidades pobres

No começo do mês, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido divulgaram o estudo *Small Scale Bioenergy Initiative: Brief Description and Preliminary Lessons on Livelihood Impacts from Case Studies in Latin America, Asia and Africa*, que envolveu a análise de 15 projetos desenvolvidos nas áreas rurais de, ao todo, 12 países. O relatório destaca os benefícios da produção local de bio-energia para as comunidades rurais de países em desenvolvimento. Para mais informações, ver: <<http://www.fao.org/docrep/011/aj991e/aj991e00.HTM>>.

Painel de observação sobre zeroing disponível no site da OMC

A OMC publicou, em 24 de abril, o relatório de implementação relativo ao painel US – *Measures Relating to Zeroing and Sunset Reviews* (DS322). O contencioso envolvendo EUA e Japão tratou do método *zeroing* de cálculo de margens de *dumping*. O relatório está disponível em:

<http://www.wto.org/english/news_e/news09_e/322rw_e.htm>.

Chamada de artigos: Direito, políticas públicas e mundialização

O periódico *Prismas: Direito, políticas públicas e mundialização*, criado em 2003 pelo Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília, abriu chamada para artigos. Os trabalhos devem tratar de temas relacionados a problemáticas contemporâneas da Administração Pública brasileira, especialmente no que diz respeito à relação entre direito e políticas públicas ou temas atuais do processo de internacionalização do direito e da mundialização. As normas de publicação podem ser acessadas no site <www.prismas.uniceub.br>. O periódico é distribuído gratuitamente a todos os Programas de Pós-Graduação em Direito do Brasil, a mais de 250 bibliotecas universitárias de todo o país e às bibliotecas das principais universidades da América Latina e dos países de língua portuguesa. Há também uma versão eletrônica da revista que pode ser acessada livremente no site acima.